Residência na Suíça: os dois regimes

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Tributação ordinária em Zug

Um fundador que fixa residência no cantão de Zug e é tributado pelo regime ordinário paga imposto de renda federal, cantonal e comunal sobre a renda mundial e imposto cantonal e comunal sobre a fortuna sobre o patrimônio líquido mundial. A alíquota máxima combinada do imposto de renda em Zug fica em torno de 22% a 23%, conforme a comuna, a mais baixa de todos os cantões suíços para rendas elevadas. O imposto sobre a fortuna é da ordem de 0,1% a 0,3% do patrimônio líquido, uma vez esgotadas as deduções.[1]

A atração central é o art. 16, al. 3, da Lei federal suíça do imposto federal direto (DBG/DFTA), que isenta do imposto de renda os ganhos de capital na alienação de bens do patrimônio privado.[2] A lei cantonal de harmonização contém a regra paralela, de modo que a isenção se aplica nos três níveis.[3] Um fundador que mantém tokens como patrimônio privado e os vende após o período de bloqueio (lock-up) não paga, portanto, imposto de renda sobre a valorização. Há dois contrapesos. O imposto sobre a fortuna incide todos os anos sobre o valor de mercado da posição em 31 de dezembro, o que, no caso de uma grande alocação ilíquida de fundador,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

pode gerar uma conta de imposto a pagar em dinheiro antes que qualquer token tenha sido vendido. Além disso, a isenção se perde se a administração tributária classificar o fundador como negociante profissional (professional trader), caso em que os ganhos são rendimentos empresariais sujeitos ao imposto de renda e às contribuições previdenciárias.[4]

O risco de ser considerado negociante profissional merece destaque, porque os fundadores costumam subestimá-lo. Os critérios de porto seguro (safe harbour) da Circular n.º 36 (prazo de detenção de ao menos seis meses, giro inferior a cinco vezes a carteira inicial, ganhos inferiores à metade da renda líquida, ausência de financiamento por dívida, nenhum derivativo além de hedge) foram redigidos para ações. Um fundador que atua como formador de mercado do próprio token, que fornece liquidez a um pool descentralizado ou que rebalanceia uma tesouraria semanalmente deixará de cumprir vários critérios de uma só vez. A classificação é feita para cada período fiscal, de modo que um ano tranquilo não sana um ano ativo. A Parte G, Capítulo II, trata dos indicadores específicos de cripto. Para os fins presentes, o ponto de estruturação é que um fundador que pretenda ser negociante ativo após a mudança deve incorporar essa premissa aos cálculos, porque a isenção alardeada não se aplicará a ele.

Tributação com base nas despesas

O art. 14 da DFTA permite que uma pessoa física seja tributada com base em suas despesas anuais de manutenção, em vez da renda e da fortuna efetivas. Aplicam-se três condições: a pessoa não é cidadã suíça, torna-se residente na Suíça pela primeira vez ou após uma ausência de ao menos dez anos e não exerce atividade lucrativa na Suíça.[5] No caso de pessoas casadas, ambos os cônjuges devem cumprir as condições. A base tributável é o maior de quatro valores. São eles as despesas efetivas de manutenção no mundo inteiro, um mínimo legal que, para o imposto federal, é hoje de CHF 429.100 após a indexação, sete vezes o aluguel anual ou o valor locativo da residência e o resultado de um cálculo de controle que soma a renda de fonte suíça à renda estrangeira beneficiada por tratado.[6] Os cantões que oferecem o regime fixam seu próprio mínimo, que pode ser mais alto. Zug oferece o regime, Zurique o aboliu por votação popular em 2009, e vários outros cantões seguiram Zurique.[7]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Para um fundador cripto, o regime é atraente no papel e incômodo na prática. A atração está em que o tamanho da posição em tokens e os ganhos realizados com ela no exterior são irrelevantes, porque o imposto é calculado sobre a base de despesas. Às alíquotas de Zug, uma base de CHF 500.000 a CHF 700.000 gera uma conta anual de imposto na faixa baixa das centenas de milhares de francos, quer o fundador venda CHF 2 milhões, quer CHF 50 milhões em tokens naquele ano. O incômodo está na proibição de atividade lucrativa na Suíça. Um fundador que continua a trabalhar no protocolo, que integra o conselho da fundação de Zug ou que administra a sociedade operacional de Zug a partir de uma mesa em Baar exerce atividade lucrativa na Suíça. Perde-se, então, a tributação por valor fixo (lump sum) para aquele período fiscal.[8] Administrar o próprio patrimônio privado é permitido. Gerir um protocolo é trabalho.

As respostas usuais a essa tensão são três. Alguns fundadores aceitam a tributação ordinária e se apoiam na isenção dos ganhos de capital privados, o que, para um fundador cuja renda consiste quase inteiramente na futura valorização dos tokens, costuma ser de qualquer forma o melhor resultado. Outros optam pelo valor fixo e limitam sua atividade na Suíça ao papel passivo de titular de tokens, com a sociedade operacional conduzida por terceiros a partir de Singapura ou de outro lugar. E há quem estruture um modelo híbrido, em que o valor fixo é adotado nos primeiros anos, quando o papel do fundador já se tornou passivo após uma saída bem-sucedida, e a tributação ordinária vem depois, quando ele inicia um novo empreendimento. O que não funciona é optar pelo valor fixo e continuar trabalhando discretamente. A administração tributária de Zug conhece o setor, lê o fórum de governança do protocolo e perguntará quem são os signatários da multisig da fundação.

Pergunta do cliente

"Sou cidadão alemão, nunca morei na Suíça, minha alocação de tokens vale cerca de CHF 30 milhões e o vesting ocorre ao longo de três anos. Posso optar pelo valor fixo em Zug e continuar à frente do projeto?"

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Você só pode optar pelo valor fixo se deixar de trabalhar no projeto a partir do território suíço, incluindo assentos em conselhos e assinaturas da tesouraria. Se o seu papel continuar operacional, planeje-se para a tributação ordinária e construa seus argumentos para o status de patrimônio privado. Mantenha a alocação em uma carteira a partir da qual você não negocia, venda em poucas parcelas grandes e com longos intervalos, não tome empréstimos garantidos pela posição e concentre qualquer atividade de formação de mercado em uma sociedade. Nesses termos, as parcelas de vesting ainda podem ser renda do trabalho quando liberadas (ver Parte G, Capítulo IV), mas a valorização subsequente é ganho de capital privado isento. O valor fixo volta a ser interessante depois da sua saída, quando o único vínculo com o projeto forem os tokens que você detém.

Notas

1. Cantão de Zug, Steuergesetz (BGS 632.1), §§ 35 e ss. e 42 e ss.; alíquotas para o período fiscal de 2026, conforme publicadas pela administração tributária cantonal de Zug. A Parte G, Capítulo I, apresenta as tabelas de alíquotas. ↩
2. Lei federal do imposto federal direto, de 14 de dezembro de 1990 (DFTA; DBG), SR 642.11, art. 16, al. 3: "Die Kapitalgewinne aus der Veräusserung von Privatvermögen sind steuerfrei." ↩
3. Lei federal sobre a harmonização dos impostos diretos dos cantões e das comunas, de 14 de dezembro de 1990 (THA; StHG), SR 642.14, art. 7, al. 4, let. b. ↩
4. Administração Federal das Contribuições, Circular n.º 36, de 27 de julho de 2012, "Gewerbsmässiger Wertschriftenhandel"; documento de trabalho da AFC "Kryptowährungen und Initial Coin/Token Offerings (ICOs/ITOs) als Gegenstand der Vermögens-, Einkommens- und Gewinnsteuer, der Verrechnungssteuer und der Stempelabgaben", edição mais recente. A Parte G, Capítulo II, analisa em detalhe os critérios de porto seguro. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

5. DFTA, SR 642.11, art. 14, als. 1 e 2; Administração Federal das Contribuições, Circular n.º 44, de 24 de julho de 2018, "Besteuerung nach dem Aufwand bei der direkten Bundessteuer", seções 2 e 3. ↩
6. DFTA, SR 642.11, art. 14, al. 3, let. a a d (situação em 1º de janeiro de 2025: base mínima de CHF 429.100); Circular n.º 44 da AFC, de 24 de julho de 2018, seção 3. ↩
7. THA, SR 642.14, art. 6; Cantão de Zug, Steuergesetz (BGS 632.1), § 13. A Parte G, Capítulo VI, lista os cantões que mantêm o regime e suas bases mínimas. ↩
8. Circular n.º 44 da AFC, de 24 de julho de 2018, seção 2.3 (qualquer atividade lucrativa na Suíça, inclusive um mandato de conselho exercido na Suíça, exclui o regime). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com